



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Casa Cônego Estanislau Kostka Laurentino da Silva

Av. Joaquim Falcão, nº 44 – centro – Pombos/PE CEP 55630-000 Fone/Fax 0xx81-3536.1254
CNPJ/MF nº 11.511.862/0001-03
www.pombos.pe.leg.br

Ata da Audiência Pública referente a Apreciação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2026, realizada no Prédio da Câmara de Vereadores de Pombos, realizada no dia 25 de agosto do ano de 2025.

No vigésimo quinto dia do mês de agosto do ano de 2025, às 10:00 horas, no Prédio sito a Av. Joaquim Falcão 44, nesta Cidade, foi realizada Audiência Pública referente a Apreciação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2026. O evento contou com a presença de diversas autoridades, lideranças políticas, representantes institucionais e membros da sociedade civil. O Presidente da Audiência, no uso de suas atribuições, procedeu ao convite para a composição da mesa diretora, chamando o Dr. Éber, representante da Secretaria de Planejamento – SESPLAN, responsável pela condução da apresentação. Solicitou, ainda, que fosse registrada uma saudação por meio de aplausos. Na sequência, registou a presença do Dr. Wallace, advogado da Prefeitura, e do Dr. José Carlos, contador e advogado, os quais foram convidados a se acomodar. Também foram chamados para compor a mesa o Sr. Ed, Secretário do Controle Interno; o Dr. José Jaelson, Procurador do Município; e o Dr. Adalberto, Secretário de Infraestrutura. O Presidente estendeu o convite aos Vereadores desta Casa Legislativa, bem como ao Dr. Gabriel, representante do setor jurídico da Prefeitura, e à Sra. Jucélia, Secretária Municipal de Educação, para que se juntassem à composição da mesa. O expositor destacou, ainda, que buscava simplificar a linguagem técnica do conteúdo, tornando-a acessível à população e incentivando a participação cidadã no processo legislativo. Durante sua explanação, explicou que a LDO é uma das principais ferramentas de planejamento do município, juntamente com o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), todas previstas na Constituição Federal. Ressaltou que essas três leis, embora aprovadas separadamente, são interligadas, de modo que qualquer alteração em uma delas implica ajustes nas demais. Abordou também a importância do Plano Diretor, instrumento obrigatório para municípios com mais de 30 mil habitantes, responsável por definir diretrizes para o crescimento urbano, ocupação do solo e organização do território da cidade. Citou exemplos práticos, destacando experiências de outras cidades, como Brasília e Caruaru, para ilustrar a relevância do planejamento adequado na estruturação urbana e na prevenção de problemas futuros. Esclareceu que o Plano Plurianual deverá ser encaminhado a esta Casa Legislativa até o dia 5 de outubro, prazo estabelecido pela Constituição do Estado de Pernambuco. Informou que o PPA tem como objetivo realizar um diagnóstico completo do município, identificando seus principais desafios nas áreas de saúde, educação, assistência social, infraestrutura e demais setores, definindo programas e metas que orientarão a execução das políticas públicas durante o período de sua vigência. Explicou que, embora a Constituição Estadual de



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Casa Cônego Estanislau Kostka Laurentino da Silva

Av. Joaquim Falcão, nº 44 – centro – Pombos/PE CEP 55630-000 Fone/Fax 0xx81-3536.1254

CNPJ/MF nº 11.511.862/0001-03

www.pombos.pe.leg.br

Pernambuco organize as ferramentas de planejamento, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que é o tema central da audiência, assume papel prioritário no processo. Destacou que a LDO define os parâmetros financeiros e orçamentários do município, estabelecendo limites de arrecadação e orientando a aplicação dos recursos públicos. Esclareceu que o Plano Plurianual (PPA), mencionado anteriormente, é um instrumento de diagnóstico e planejamento para quatro anos, no qual são identificados os principais problemas e necessidades do município. Entretanto, ressaltou que nem todos os projetos previstos podem ser executados de imediato, devido às limitações orçamentárias. Por isso, a LDO é a ferramenta que define, de forma realista, o tamanho do orçamento municipal e as prioridades de investimento, alinhando os projetos à capacidade financeira da Prefeitura. Destacou que a LDO tem quatro pilares fundamentais:

1. Definir o porte financeiro do município, ou seja, estimar o montante de receitas e estabelecer limites de gastos, garantindo equilíbrio fiscal.
2. Estabelecer as prioridades da gestão, definindo áreas de maior investimento e permitindo que a população participe da discussão, apresentando sugestões e reivindicações.
3. Indicar as medidas de ajuste para situações em que houver queda na arrecadação, especificando estratégias de compensação financeira para manter a estabilidade das contas públicas.
4. Apresentar o andamento das obras e da conservação do patrimônio público, incluindo manutenção de escolas, prédios administrativos e demais estruturas essenciais.

O expositor enfatizou que a LDO, o PPA e a Lei Orçamentária Anual (LOA) são instrumentos interligados e complementares: qualquer alteração feita em uma dessas leis exige ajustes nas demais. Destacou, ainda, que a LOA será encaminhada à Câmara Municipal, em lei própria, até 5 de outubro, contendo o detalhamento de receitas, como IPTU e ICMS, e despesas, como folha de pagamento, investimentos e manutenção de serviços essenciais. Ressaltou que a LDO é considerada a “regra do jogo” para a gestão fiscal e orçamentária do município, servindo como base para a definição de metas, políticas públicas e investimentos prioritários. Enfatizou, ainda, a importância da participação popular e da colaboração dos vereadores na construção e aprovação da lei, a fim de garantir maior transparência, equilíbrio e eficiência na aplicação dos recursos públicos. O expositor prosseguiu abordando os pontos referentes ao processamento das emendas orçamentárias, destacando que qualquer



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Casa Cônego Estanislau Kostka Laurentino da Silva

Av. Joaquim Falcão, nº 44 – centro – Pombos/PE CEP 55630-000 Fone/Fax 0xx81-3536.1254

CNPJ/MF nº 11.511.862/0001-03

www.pombos.pe.leg.br

alteração necessária no Plano Plurianual (PPA), na Lei Orçamentária Anual (LOA) ou na própria Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deverá respeitar as normas previstas no Regimento Interno e na Lei Orgânica do Município. Explicou que a legislação estabelece os procedimentos para apresentação, tramitação e aprovação dessas emendas, garantindo transparência e segurança jurídica. Em seguida, tratou da temática dos créditos adicionais, definidos como ajustes no orçamento que se tornam necessários no decorrer da execução orçamentária, diante de situações imprevistas que impactam receitas e despesas do município. Ressaltou que a elaboração da LOA ocorre com antecedência, sendo votada em 2025 para vigorar a partir de janeiro de 2026, o que pode exigir modificações posteriores, considerando variações econômicas, aumento de custos de bens e serviços ou fatores externos que afetam a arrecadação e os gastos públicos. Esclareceu que os créditos adicionais são instrumentos legítimos e previstos em lei, utilizados para realocar recursos entre fontes de receita, de modo a garantir a continuidade de serviços essenciais, como saúde, educação, coleta de lixo, fornecimento de medicamentos e pagamento de pessoal. Destacou que essas alterações não representam má gestão, mas sim a necessidade de adequação orçamentária para assegurar a manutenção dos serviços públicos. Além disso, foram abordadas as disposições da Seção II da LDO, que tratam das transferências, delegações e subvenções destinadas a entidades, associações e organizações sociais. Foi esclarecido que, para que uma associação receba recursos do município, deve atender integralmente às exigências legais previstas, apresentando projeto, cumprindo requisitos formais, prestando contas corretamente e observando as normas aprovadas por esta Casa Legislativa.

O expositor também explicou que a LDO contempla regras sobre:

- Despesas com pessoal e encargos sociais, incluindo o impacto do salário mínimo;
- Assistência social, saúde e manutenção do sistema de ensino;
- Repasse de recursos à Câmara Municipal, respeitando os limites constitucionais;
- Ações de incentivo à cultura, esporte e lazer;
- Apoio aos conselhos municipais, fundamentais para o controle social e acompanhamento das políticas públicas;



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Casa Cônego Estanislau Kostka Laurentino da Silva

Av. Joaquim Falcão, nº 44 – centro – Pombos/PE CEP 55630-000 Fone/Fax 0xx81-3536.1254
CNPJ/MF nº 11.511.862/0001-03
www.pombos.pe.leg.br

- Transferências de recursos para fundos municipais, quando existentes, observando a legislação aplicável.

Reforçou a importância da LDO como instrumento central de planejamento, que organiza, define prioridades e estabelece critérios para a execução orçamentária, assegurando transparência e responsabilidade na aplicação dos recursos públicos. O expositor apresentou os dados referentes à previsão de investimentos constantes no projeto de lei, destacando o valor estimado de R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais) destinados à conservação do patrimônio público e o montante de R\$ 4.388.000,00 (quatro milhões, trezentos e oitenta e oito mil reais) para obras em andamento, contemplando os exercícios de 2025 e 2026. Em seguida, ressaltou que o conteúdo abordado, embora de natureza técnica e orientativa ao Poder Executivo Municipal, foi detalhadamente explicado de forma a facilitar a compreensão dos presentes. Reafirmou, ainda, a disposição para esclarecer dúvidas e realizar as alterações que se fizerem necessárias, conforme solicitação dos senhores vereadores. Encerrada a exposição, o Senhor Presidente agradeceu ao Dr. Éber pela brilhante apresentação e, antes de franquear a palavra aos vereadores, registrou a presença dos seguintes convidados e autoridades: Dra. Luana Guarino e Sr. Herculano, membros da composição jurídica desta Casa; Sra. Célia Teotônio, representante do Sindicato Rural; Sr. João de Ronda, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Sr. José Chalegre; Dr. Filipe Álvares, Procurador desta Casa Legislativa; Sra. Cremilda, representante e Presidenta da Associação de Porteiras I; Sra. Dulcina, Secretária Executiva de Assistência Social; Sr. Danilo César, presentes à audiência; Sr. Val da Maternidade, ex-vereador desta Casa Legislativa; Sr. Tiago Claudino; Sr. Cristiano, Agente de Endemias. Em seguida, o Presidente deu continuidade à audiência pública, facultando a palavra aos senhores vereadores para suas considerações. Por ordem, o sr. vereador Antônio Severino da Costa que iniciou seu pronunciamento agradecendo a presença de todos os colegas vereadores, representantes da empresa, servidores do município, participantes da sessão e, em especial, ao palestrante do dia, destacando a importância do conteúdo exposto. O vereador observou ainda que, independentemente do porte do município, é necessário que as leis sejam cumpridas e que o papel da Câmara Municipal seja respeitado. Enfatizou que, enquanto vereador, nunca apresentou emendas para suprimir orçamento, entendendo que cabe ao Executivo gerir os recursos e prestar contas de forma transparente. Ressaltou, contudo, que o papel da Câmara é zelar para que todo o processo ocorra de forma correta, evitando prejuízos à sociedade e à própria gestão pública. Na oportunidade, apresentou emenda destinada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pombos, destacando a relevância da instituição, que atua em serviços como emissão de CAF, DAP, encaminhamentos para aposentadoria,



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Casa Cônego Estanislau Kostka Laurentino da Silva

Av. Joaquim Falcão, nº 44 – centro – Pombos/PE CEP 55630-000 Fone/Fax 0xx81-3536.1254
CNPJ/MF nº 11.511.862/0001-03
www.pombos.pe.leg.br

salário-maternidade, entre outros, sendo, portanto, essencial para a comunidade. O vereador salientou que é sócio do Sindicato há mais de 15 anos e que mantém sua contribuição em dia, reforçando seu compromisso com a entidade. Em seguida, fez um apelo para que sejam destinados mais recursos e equipamentos à Secretaria de Agricultura, visto que o município tem grande potencial produtivo, mas enfrenta dificuldades pela falta de estrutura adequada. Ressaltou que, sem apoio efetivo, a secretaria depende de empréstimos de equipamentos de outras pastas, o que fragiliza o atendimento às demandas dos agricultores locais. Por fim, o vereador reafirmou seu compromisso em sempre apoiar o que estiver correto e questionar o que não estiver de acordo com a legalidade, destacando que sua atuação parlamentar é pautada pela escuta da população e pelo encaminhamento das demandas apresentadas. Encerrando sua fala, agradeceu a atenção de todos. A Sra. Vereadora Eliane Valdeci dos Santos Arruda iniciou sua fala cumprimentando todos os presentes, com destaque às mulheres, especialmente às mães atípicas que se dedicam aos cuidados de seus filhos e ainda assim se fazem presentes para reivindicar em nome de todas. Cumprimentou também os representantes da Secretaria de Educação, da Secretaria de Saúde, demais autoridades, secretários municipais e o público em geral, destacando a presença de seu esposo, Givaldo, representante do setor agrícola. Em seguida, parabenizou o palestrante pela explanação realizada, considerada a melhor já apresentada sobre tema técnico, ressaltando a clareza e a contribuição ao debate. Destacou, ainda, a importância de se observar o rito processual, reforçando que não é intenção da Câmara travar o andamento das matérias, mas sim assegurar que todos os procedimentos sejam realizados de forma correta e transparente. A vereadora elencou algumas prioridades a serem consideradas, entre elas: a necessidade de solucionar o impasse jurídico referente à Academia da Cidade, de forma a liberar o espaço e devolver a quadra poliesportiva para uso dos esportistas locais; a implementação de uma clínica da mulher, assegurando a realização de procedimentos ginecológicos básicos, hoje inexistentes no município; o fortalecimento do atendimento às mães atípicas, com previsão de recursos para abertura da Casa de Cira e apoio às instituições já atuantes; além de melhorias estruturais no PSF da comunidade Pé-de-Serra, que se encontra em condições precárias de salubridade. Também ressaltou a urgência de ações voltadas para a agricultura, especialmente na recuperação de bueiras danificadas, cuja situação se agravou após intervenções da empresa Cosampa. Mencionou ainda problemas como o telhado da quadra poliesportiva e a necessidade de políticas públicas que garantam melhores condições de acesso para agricultores e moradores das comunidades rurais. A vereadora manifestou preocupação com a limitação do orçamento municipal, considerando-o insuficiente diante das demandas, e chamou atenção para futuros desafios relacionados à aposentadoria dos agentes comunitários de saúde e servidores



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Casa Cônego Estanislau Kostka Laurentino da Silva

Av. Joaquim Falcão, nº 44 – centro – Pombos/PE CEP 55630-000 Fone/Fax 0xx81-3536.1254
CNPJ/MF nº 11.511.862/0001-03
www.pombos.pe.leg.br

concursados, o que poderá gerar grande impacto financeiro. Por fim, solicitou que os secretários municipais atendam às demandas apresentadas, de modo a reduzir a necessidade de novos requerimentos, e concluiu expressando satisfação com a audiência e com as contribuições apresentadas. Respondendo ao questionamento da Sra. Vereadora Eliane Valdeci dos Santos Arruda, o Secretário de Infraestrutura, Sr. Adalberto Chalegre, esclareceu que, em razão da situação jurídica envolvendo a utilização da quadra poliesportiva para atividades de exercícios físicos, o Governo Municipal já vem antecipando alternativas para solucionar a demanda da população. Informou que, nos projetos de futuras reformas de praças, está sendo considerada a instalação de equipamentos públicos de saúde e lazer, como os destinados à prática de musculação, de forma a descentralizar essas atividades. Acrescentou que a proposta do Governo é ampliar e distribuir os equipamentos pelas praças do município, permitindo que a comunidade não precise se deslocar exclusivamente para a quadra, garantindo maior acesso e melhor utilização dos espaços públicos. O Sr. Vereador Alfredo Batista Barbosa destacou como prioridade para o município a necessidade de reativação do bloco cirúrgico local, ressaltando que, atualmente, sempre que há demanda por procedimentos cirúrgicos, a população precisa recorrer a cidades vizinhas, o que acarreta dificuldades para os munícipes. Na sequência, dirigindo-se também aos professores presentes, registrou que a educação deve ser tratada como prioridade, mencionando a situação enfrentada pelos jovens que concluem o ensino médio. Segundo o vereador, apesar da qualidade do ensino oferecido no município, muitos estudantes, ao final do segundo grau, necessitam buscar cursinhos preparatórios em outras cidades, arcando com custos que nem todos podem suportar. O parlamentar observou que o município dispõe de salas, prédios e profissionais qualificados para oferecer tais cursos e defendeu que essa estrutura seja utilizada em favor dos estudantes locais, garantindo igualdade de oportunidades. Por fim, ressaltou que essas duas demandas — a reativação do bloco cirúrgico e a implantação de cursinhos preparatórios no município — devem ser tratadas como prioridades imediatas pela gestão. O Sr. Vereador José Roberto Belarmino de Lira iniciou suas palavras agradecendo ao Sr. Presidente pela oportunidade da fala e registrou sua satisfação com a presença do público na Casa Legislativa, desejando a todos saúde, por considerá-la o bem mais essencial. Dirigindo-se ao palestrante, Dr. Ebér, o vereador destacou que, semanalmente, esta Casa apresenta inúmeros requerimentos em diversas áreas, como calçamento, reformas de escolas e melhorias de estradas. Contudo, reafirmou que, em sua visão, a prioridade fundamental do município deve ser a saúde. Recordou que, em gestões anteriores, o bloco cirúrgico chegou a ser reaberto, mas posteriormente foi fechado, observando que não se pode atribuir ao atual gestor a responsabilidade exclusiva por esse fato. Ressaltou que compreende as limitações financeiras enfrentadas pelo município, reconhecendo que os



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Casa Cônego Estanislau Kostka Laurentino da Silva

Av. Joaquim Falcão, nº 44 – centro – Pombos/PE CEP 55630-000 Fone/Fax 0xx81-3536.1254
CNPJ/MF nº 11.511.862/0001-03
www.pombos.pe.leg.br

recursos recebidos nem sempre correspondem às demandas da população. Ainda assim, defendeu que, se possível, a gestão municipal deve priorizar a reforma e o pleno funcionamento do bloco cirúrgico, com a garantia da presença de médicos, pois de nada adiantaria dispor de uma estrutura física adequada sem profissionais de saúde para atender a população. Concluiu reiterando que a saúde deve estar em primeiro lugar nas prioridades do município, por se tratar do bem mais valioso para a população. Por questão de ordem, o Sr. Presidente organizou as falas por setor, iniciando pela área da Saúde, ocasião em que o cidadão Jairo Rubens fez uso da palavra. O orador destacou a necessidade de ajustes na redação de itens do orçamento, em especial no que se refere à ampliação do centro especializado para acompanhamento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), observando que o termo “ampliação” pressupõe a existência de um serviço em funcionamento, o que não está devidamente esclarecido. Ressaltou a importância de maior clareza na redação e do uso correto dos verbos no infinitivo — como “ampliar” e “reestruturar” — para facilitar a compreensão da população e de todos os interessados no orçamento municipal. Apontou também dúvidas quanto à previsão de colocar em funcionamento a Casa de Cira, observando que, além da estrutura física, é imprescindível assegurar recursos para garantir o quadro técnico necessário ao seu pleno funcionamento, evitando que se torne apenas um espaço sem efetiva utilização. No tocante ao controle de zoonoses, reforçou a relevância da inclusão da castração de animais como prioridade, por se tratar de uma demanda recorrente. Por fim, salientou a importância de contemplar, no planejamento orçamentário, as demandas da população rural, representada por associações, sindicatos e cooperativas, de forma a garantir que este público também esteja incluído nas prioridades de saúde. O Sr. Cristiano fez uso da palavra destacando, de forma complementar à fala anterior, a necessidade de se incluir no planejamento orçamentário a implantação da Vigilância em Saúde do Trabalhador, ressaltando que o tema foi abordado tanto na Conferência Municipal quanto na Conferência Nacional de Saúde. Destacou, ainda, a relevância desta política para atender de maneira mais adequada às demandas específicas dos trabalhadores e trabalhadoras do município, em especial os agricultores. Na sequência, foi facultada a palavra à Sra. Andreia, representante da AMAAZ, que agradeceu o espaço e ressaltou a importância da imediata implementação da Casa de Cira, afirmando que a espera por uma estrutura ideal pode atrasar ainda mais o início de atendimentos essenciais às crianças autistas. Observou que já existe um espaço disponível, profissionais capacitados no município e até atendimentos de fonoaudiologia em funcionamento na maternidade, o que demonstra a viabilidade de iniciar os trabalhos.



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Casa Cônego Estanislau Kostka Laurentino da Silva

Av. Joaquim Falcão, nº 44 – centro – Pombos/PE CEP 55630-000 Fone/Fax 0xx81-3536.1254

CNPJ/MF nº 11.511.862/0001-03

www.pombos.pe.leg.br

Apresentou também a proposta de reavaliação do transporte disponibilizado para terapias em Vitória de Santo Antão, ressaltando que, embora seja importante, alcança apenas uma parcela restrita das crianças, muitas das quais possuem sensibilidade ao barulho ou dificuldades em utilizar o transporte coletivo. Defendeu que esse apoio seja direcionado também às associações do município, como a AMAAZ, que já atende 85 crianças regularmente, com cinco profissionais voluntários atuando em diversas áreas (fonoaudiologia, psicologia, terapia ocupacional, pedagogia, neuropsicopedagogia, massoterapia, entre outras). Salientou, ainda, que o CAPS não se apresenta como espaço adequado para atender crianças autistas devido às especificidades sensoriais, reforçando a necessidade de políticas públicas voltadas à criação de ambientes apropriados e acolhedores. Concluiu destacando que, embora outras áreas como hospital e infraestrutura urbana também careçam de atenção, é igualmente urgente iniciar iniciativas que ainda não existem no município, em especial as voltadas ao público infantojuvenil com necessidades especiais. O sr. João de Ronda iniciou sua fala cumprimentando a Mesa Diretora, na pessoa do Vereador Aglailson Lino, do sr. Adriano Secretário de Agricultura, bem como do Procurador Dr. Jaelson, estendendo os cumprimentos aos demais vereadores presentes, ao público que acompanhava a sessão, aos presidentes de associações e demais convidados, destacando, ainda, a presença do empresário Rogério Borges. O orador registrou sua satisfação com a participação da população e expressou preocupação com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Ressaltou, entretanto, a ausência de previsão, no referido instrumento, de medidas voltadas à área de saúde, em especial à construção ou recuperação de sanitários públicos no município, salientando que a situação atual é precária, com instalações inadequadas e mau cheiro, inclusive em parte localizada dentro do mercado de carnes. Destacou a importância de que tal demanda seja contemplada nas ações de saúde pública, lembrando que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais possui representação no Conselho de Saúde, do qual também fazem parte outros membros da comunidade. Reiterou o desejo de que o município seja beneficiado com melhorias nessa área e acrescentou, por fim, a expectativa de que a agricultura também seja contemplada em futuras discussões. A vereadora Carmeluce Verçosa de Melo relatou que, no mês de maio, participou, juntamente com outros vereadores, de uma viagem a Brasília para um congresso. Informou que, na ocasião, juntamente com a Vereadora Eliane Valdeci, esteve no gabinete de um representante e tomou conhecimento de que a Farmácia Popular do município de Pombos ainda se encontra ativa, possuindo CNPJ vigente, embora não tenha certeza de quem atualmente o administra. Acrescentou que, considerando o quantitativo de municípios, é possível a existência de duas unidades de Farmácia Popular. Nesse sentido, defendeu que, caso o CNPJ existente não esteja sendo utilizado de forma efetiva, seja viabilizada a abertura de uma nova farmácia, a fim de atender a população



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Casa Cônego Estanislau Kostka Laurentino da Silva

Av. Joaquim Falcão, nº 44 – centro – Pombos/PE CEP 55630-000 Fone/Fax 0xx81-3536.1254
CNPJ/MF nº 11.511.862/0001-03
www.pombos.pe.leg.br

mais carente com medicamentos a preços acessíveis, ressaltando a relevância social desse equipamento de saúde. Na sequência, o Vereador Washington da Silva Oliveira acrescentou manifestação dirigida à Vereadora Andréa, destacando sua satisfação com a informação de que, conforme apresentado na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), a partir de janeiro as associações do município passarão a receber apoio financeiro, em conformidade com a legislação vigente. Ressaltou tratar-se de motivo de alegria e de grande importância para o fortalecimento das entidades locais. O empresário Rogério Borges cumprimentou a Mesa Diretora, os vereadores, o palestrante e todos os presentes, ressaltando a clareza e a objetividade das explanações apresentadas. Destacou, contudo, a necessidade de maior detalhamento acerca da aplicação dos recursos públicos, considerando que o orçamento sofreu aumento significativo, passando de aproximadamente R\$83 bilhões para R\$105 bilhões. Ressaltou que, por se tratar de audiência pública transmitida ao vivo, é fundamental esclarecer à população para onde estão sendo direcionados tais recursos, especialmente no tocante à área da saúde. Dirigindo-se ao Secretário de Infraestrutura, Adalberto, o empresário questionou a ausência de referências à segurança pública no planejamento apresentado. Enfatizou a importância da participação efetiva dos secretários municipais nas audiências, uma vez que são eles os responsáveis pela execução das ações junto à população, defendendo que os debates sejam conduzidos de forma apartidária, com foco no futuro do município. No tocante à segurança pública, mencionou especificamente a atuação da Guarda Municipal, observando que, embora represente baixo custo para o município, sua atuação não tem se mostrado eficaz. Relatou situações em que vias públicas, especialmente no comércio local, vêm sendo ocupadas irregularmente com cones, caracterizando privatização indevida do espaço público. Defendeu que a Guarda Municipal intensifique a fiscalização, assegurando ordem e melhorando o ambiente urbano para toda a coletividade. Por fim, reiterou a necessidade de aprofundar o debate acerca da segurança pública no município e agradeceu a atenção de todos. O palestrante Ebér fez uma observação acerca das projeções de despesa, esclarecendo pontos que, segundo ele, não haviam sido devidamente explicados anteriormente. Informou que, no exercício de 2023, a folha de pagamento totalizou R\$64 milhões, dentro de um orçamento de R\$102 milhões. Em 2024, a folha passou a R\$72 milhões, num orçamento de R\$118 milhões. Já para 2025, a projeção é que os custos com folha e obrigações patronais alcancem R\$83 milhões, dentro de um orçamento estimado em R\$132 milhões. Esclareceu que o valor de R\$154 milhões, mencionado em sua apresentação anterior, refere-se ao orçamento global do município, incluindo folha, manutenção, investimentos e demais despesas, e não apenas à folha de pagamento. Ressaltou, ainda, que os custos com pessoal mantêm crescimento proporcional, permanecendo dentro de patamares semelhantes aos anos anteriores, sem duplicação em relação ao



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Casa Cônego Estanislau Kostka Laurentino da Silva

Av. Joaquim Falcão, nº 44 – centro – Pombos/PE CEP 55630-000 Fone/Fax 0xx81-3536.1254

CNPJ/MF nº 11.511.862/0001-03

www.pombos.pe.leg.br

orçamento. A Vereadora Carmeluce Verçosa de Melo destacou a necessidade de maior atenção à Clínica Médica do município, ressaltando que pacientes com enfermidades como infecção urinária e pneumonia, entre outras, têm sido transferidos para unidades de saúde em outras cidades, o que gera grandes dificuldades às famílias. Observou que o hospital local depende de repasses da Prefeitura para manter suas atividades e lembrou sua experiência de 20 anos de trabalho naquela unidade, reafirmando a importância de fortalecer os serviços de clínica médica, de modo a oferecer cuidados adequados à população idosa, a pacientes em estágio terminal e àqueles que não dispõem de condições para tratamento domiciliar. Em seguida, a Vereadora chamou atenção para a necessidade de priorização da Sala Vermelha, que, segundo ela, desempenha papel vital no atendimento de urgência e emergência, funcionando como uma espécie de UTI. Ressaltou que o espaço necessita de um olhar especial e de investimentos, pois muitas vidas são salvas ali pelo trabalho dos profissionais de saúde, aliado à fé em Deus. A Vereadora também mencionou o ambulatório de endoscopia, lembrando que o município dispõe de um aparelho de endoscopia, uma maca, uma pia e de profissional habilitado – o médico gastroenterologista concursado Dr. João Batista. Contudo, observou que, embora o equipamento já esteja disponível, a sala destinada ao serviço ainda não foi estruturada adequadamente e permanece inativa. Pontuou que a implantação deste serviço requer apenas a devida preparação do espaço e o fornecimento das medicações necessárias para o procedimento. Por fim, defendeu a efetiva ativação do serviço de endoscopia no município, ressaltando que tal medida evitará o deslocamento de pacientes para outras cidades, garantindo atendimento local, mais ágil e humanizado. A Sra. Cristina iniciou sua fala destacando a importância da participação popular e da presença da comunidade nos debates públicos, ressaltando que tal prática fortalece a gestão democrática e contribui para que a administração municipal escute a população e as lideranças locais. Em seguida, recordou que, na LDO do ano anterior, constava a previsão de reestruturação do Plano de Cargos e Carreiras dos Professores, contudo, apesar dos trabalhos realizados, não houve avanços concretos. Informou que novas reuniões já estão sendo agendadas para tratar do tema e sugeriu que, em vez da simples revisão, seja efetivamente promovida a reestruturação do referido plano. Ademais, defendeu a necessidade de elaboração do Plano de Cargos e Carreiras dos demais profissionais da educação, salientando que já existe plano específico para os professores, mas que é fundamental ampliar a valorização para todos os servidores da área educacional. O Sr. Jairo Rubens iniciou sua fala destacando a importância da valorização da história local no ensino municipal. Recordou que já existe legislação nesse sentido, desde aproximadamente 2010, e observou a ausência desse item na previsão orçamentária, defendendo que seja incluído como subsídio financeiro para que a equipe pedagógica possa desenvolver esse trabalho. Ressaltou que existem materiais produzidos pela



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Casa Cônego Estanislau Kostka Laurentino da Silva

Av. Joaquim Falcão, nº 44 – centro – Pombos/PE CEP 55630-000 Fone/Fax 0xx81-3536.1254

CNPJ/MF nº 11.511.862/0001-03

www.pombos.pe.leg.br

Professora Gasparina que podem servir de apoio, mas que, atualmente, as limitações orçamentárias dificultam a efetiva implementação. Enfatizou que conhecer a história do município é essencial para fortalecer a identidade local e atender a um anseio da população. Em seguida, chamou atenção para a necessidade de reestruturação dos Conselhos Municipais, salientando que, embora conste previsão para o Conselho de Saúde, não há menção semelhante ao Conselho de Educação, ao Conselho do Fundeb e tampouco ao Conselho de Segurança Alimentar. Ressaltou que os conselhos cumprem papel fundamental no acompanhamento das políticas públicas, no apoio à Câmara e aos órgãos de controle, e que sua ausência de estrutura compromete o avanço da educação e de outras áreas estratégicas. Sobre o Conselho de Educação, destacou que atualmente não dispõe sequer de espaço próprio, sendo necessária a destinação de orçamento específico para seu funcionamento adequado. Quanto ao Conselho do Fundeb, frisou tratar-se de um dos mais importantes, visto que acompanha a segunda maior fonte de arrecadação do município. Já em relação ao Conselho de Segurança Alimentar, observou que ainda não funciona no município, mas deveria ser implementado, por se tratar de política intersetorial diretamente ligada à educação, sobretudo diante da realidade de mais de 3 mil alunos que dependem da alimentação escolar. Por fim, reforçou a solicitação de que sejam incluídas, como prioridades orçamentárias, a valorização do ensino da história local e a estruturação dos conselhos municipais, de modo a garantir fortalecimento institucional e melhoria da educação e das políticas públicas no município. A Secretária de Educação, Sra. Jucélia Araújo, cumprimentou os presentes e parabenizou o expositor pela clareza e didática de sua explanação, destacando sua postura como a de um verdadeiro professor. Em sua fala, ressaltou a relevância de se considerar a questão da desigualdade social no planejamento da educação, observando que, embora haja recursos oriundos do Governo Federal e do Governo Estadual, estes chegam apenas como complementação, sendo o município responsável por grande parte do financiamento com recursos próprios. Nesse sentido, apelou à população para que contribua efetivamente com o pagamento de impostos municipais, em especial o IPVA, visto que tal arrecadação reflete diretamente no orçamento local e, consequentemente, no Fundeb. A Secretária destacou ainda a importância do VAAR (Valor Aluno Ano Resultado), cuja obtenção depende do enfrentamento das desigualdades sociais e da promoção de políticas de antirracismo. Informou que estão sendo aplicados questionários às famílias, ressaltando que as respostas não interferem em benefícios sociais, como o Bolsa Família, e que sua correta utilização é fundamental para garantir acesso aos recursos necessários ao município. Por fim, enfatizou a necessidade de atualização do Plano de Cargos e Carreiras da Educação (PCC), que se encontra defasado e com gratificações congeladas, destacando que o fortalecimento das receitas municipais permitirá maior capacidade de investimento e melhoria das condições de trabalho e



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Casa Cônego Estanislau Kostka Laurentino da Silva

Av. Joaquim Falcão, nº 44 – centro – Pombos/PE CEP 55630-000 Fone/Fax 0xx81-3536.1254
CNPJ/MF nº 11.511.862/0001-03
www.pombos.pe.leg.br

valorização dos profissionais da educação. O Senhor Matheus Aurélio, assessor parlamentar da Vereadora Carmeluce Verçosa, fez uso da palavra, cumprimentando os presentes e esclarecendo, inicialmente, acerca da fala do Senhor Jairo Rubens sobre a lei que institui o ensino da história local. Informou que o gabinete da Vereadora Carmeluce Verçosa já se encontra analisando a referida legislação e que, no próximo período, será apresentada uma proposta de reestruturação dessa temática no município. Ressaltou ainda que serão encaminhados requerimentos à Prefeitura, visando à destinação de investimentos para a aquisição de materiais escolares que possibilitem aos estudantes aprofundar o conhecimento sobre a história local. Relatou sua experiência pessoal como ex-estudante do Colégio Municipal 11 de Dezembro, onde cursou o 9º ano, destacando que a disciplina de história local foi pouco explorada. Em seguida, abordou o item 2.5 da pauta da educação, referente à instituição e implantação do Programa de Escola de Tempo Integral na rede municipal de ensino. Questionou sobre a viabilidade estrutural dessa proposta, considerando que as escolas municipais funcionam nos turnos da manhã e da tarde, com turmas distintas. Citou, como exemplo, o EREM Capitão Manoel Gomes D'Assunção, que, mesmo sendo estadual, enfrenta dificuldades para ofertar o ensino integral devido à limitação de espaços físicos. Enfatizou que, para a implantação do programa no município, seriam necessárias reformas estruturais nas unidades de ensino, ampliação do número de salas e vagas, além de ajustes na carga horária e disponibilidade dos professores. Ressaltou, por fim, que, por se tratar de um plano anual, sua execução exigirá considerável investimento e planejamento estratégico por parte da gestão municipal. O palestrante esclareceu que o Programa de Escola em Tempo Integral foi instituído pelo Governo Federal há alguns anos, sendo necessário que os municípios apresentem projetos de habilitação para recebimento de recursos específicos. Explicou que, normalmente, é escolhida uma unidade piloto, a partir da qual a iniciativa é gradativamente ampliada, mediante avaliação criteriosa do Governo Federal quanto ao atendimento dos requisitos mínimos exigidos. Pontuou que, no caso do município em pauta, pelo menos uma unidade escolar já foi contemplada como escola integral, conforme cadastro realizado anteriormente. Reforçou, entretanto, que apenas a Secretaria Municipal de Educação poderia prestar informações detalhadas sobre a execução local. Ressaltou a necessidade de estrutura física adequada para a efetiva implantação do programa e comprometeu-se a disponibilizar, posteriormente, informações complementares por meio de contato direto ou pelos canais oficiais da Prefeitura. A Sra. Jucélia Araújo, Secretária Municipal de Educação, tomou a palavra e esclareceu que, ao consultar o projeto em pauta, observou a ausência de referência à discussão sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) dos servidores do município. Destacou que, atualmente, apenas os professores dispõem de plano de carreira estruturado, mas que já existe uma demanda significativa para a



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Casa Cônego Estanislau Kostka Laurentino da Silva

Av. Joaquim Falcão, nº 44 – centro – Pombos/PE CEP 55630-000 Fone/Fax 0xx81-3536.1254

CNPJ/MF nº 11.511.862/0001-03

www.pombos.pe.leg.br

elaboração do PCCR abrangendo todos os servidores municipais. Informou que a Prefeitura, por meio de portaria executiva, instituiu comissão específica que se encontra trabalhando na elaboração dos projetos referentes ao plano de carreira, tanto dos profissionais da educação quanto dos demais servidores. Explicou que a inclusão formal do tema na pauta seria apenas uma questão de adequação administrativa, uma vez que o trabalho técnico já se encontra em andamento, seguindo um cronograma previamente estabelecido. O Senhor Jairo Rubens registrou sua preocupação em relação à inclusão de crianças com necessidades especiais, em especial os estudantes diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA), cujo número tem crescido de forma significativa nos últimos anos. Destacou a necessidade de destinação de recursos para subsidiar a educação inclusiva, contemplando, principalmente, a contratação e o fortalecimento do trabalho dos profissionais de apoio nas escolas. Ressaltou que há relatos de auxiliares responsáveis, simultaneamente, por dois, três ou até quatro alunos, o que compromete tanto a qualidade da assistência prestada quanto o bem-estar do profissional, sobretudo em casos que exigem maior dedicação individualizada. Enfatizou que essa situação acarreta desgaste aos profissionais e pode interferir no ambiente escolar como um todo, afetando também os demais estudantes da turma. Diante disso, defendeu que a questão seja priorizada nas diretrizes educacionais, sob a perspectiva não apenas do aluno, mas igualmente dos profissionais envolvidos. O palestrante Sr. Ebér destacou que os eixos principais do debate contemplam as áreas de saúde, educação, assistência social e mobilidade urbana. Informou que as observações referentes à agricultura já foram apresentadas e serão devidamente inseridas no documento final. Ressaltou que a forma de contemplar tais propostas deverá ser posteriormente ajustada em conjunto com a presidência da Casa Legislativa, observando-se que muitas delas precisarão ser implementadas por meio de emendas parlamentares. Colocou-se à disposição para colaborar na elaboração e organização dessas emendas, de modo a distribuir as demandas entre os vereadores. Pontuou, ainda, que anotou o nome de todos os parlamentares presentes e sugeriu a possibilidade de estruturar um texto básico a ser posteriormente aperfeiçoado pelos vereadores, garantindo que o conteúdo esteja em conformidade com suas intenções. O sr. presidente enfatizou que todas as emendas deverão ser devidamente apresentadas, lidas e votadas em sessão pública, assegurando a transparência e a legalidade do processo legislativo. O Sr. Edilson, representante da Associação do Sítio Manoel Mulato, manifestou preocupação quanto à efetividade das audiências públicas. Relatou que, em ocasiões anteriores, participou de encontros semelhantes, apresentou emendas e demandas, mas não obteve retorno prático, permanecendo as propostas apenas em caráter indicativo. Destacou que, em sua visão, as audiências públicas deveriam ser realizadas de forma setorizada, dividindo o município em quatro eixos, de modo a possibilitar um



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Casa Cônego Estanislau Kostka Laurentino da Silva

Av. Joaquim Falcão, nº 44 – centro – Pombos/PE CEP 55630-000 Fone/Fax 0xx81-3536.1254

CNPJ/MF nº 11.511.862/0001-03

www.pombos.pe.leg.br

diálogo mais próximo com cada comunidade e atender suas reais necessidades. Ressaltou que, embora o relatório apresentado fosse bem elaborado e consistente, há uma diferença significativa entre as promessas eleitorais e a efetivação das ações após a posse dos representantes. Relatou, como exemplo, a situação da comunidade de Manoel Mulato, onde obras de saneamento e infraestrutura permanecem incompletas, prejudicando diretamente os moradores. Observou, ainda, que os investimentos demonstrados contemplam, em grande parte, a zona urbana, deixando a zona rural — produtiva e populosa — em segundo plano. Por fim, lamentou a dificuldade de retornar à comunidade sem ter soluções concretas para apresentar, destacando o descrédito gerado entre os moradores diante da ausência de resultados. O palestrante Sr. Ebér reconheceu uma falha na apresentação dos slides, esclarecendo que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) contempla, sim, um eixo específico voltado à agricultura e meio ambiente, o qual não havia sido exibido no momento oportuno. Informou que o texto da LDO contém duas páginas dedicadas ao tema, incluindo prioridades como: estímulo à produção rural, fortalecimento da agricultura familiar, implantação do programa Água para Todos por meio de poços artesianos, aquisição de insumos agrícolas, apoio técnico aos produtores, campanhas de vacinação, difusão de tecnologias, distribuição de sementes e água potável, além de programas ambientais e iniciativas de coleta seletiva. Ressaltou que existem 16 prioridades registradas no documento e comprometeu-se a disponibilizar a íntegra do texto ao Sr. Edilson. Afirmou, ainda, que todas as contribuições apresentadas durante a audiência são relevantes e poderão ser incorporadas ao processo por meio de emendas parlamentares, observando-se os trâmites legais. A Sra. Elivânia manifestou concordância com as colocações do Sr. Edilson e reforçou que a temática da agricultura foi apresentada de forma tardia, sem possibilitar o devido tempo para análise e reflexão por parte dos agricultores. Considerou tal fato uma falha grave, visto que os demais setores — como saúde e educação — foram discutidos com maior amplitude e clareza. Destacou que, sem conhecimento prévio do conteúdo destinado à agricultura, torna-se inviável discutir, avaliar ou propor ajustes eficazes. Ressaltou que, embora o texto tenha sido lido posteriormente, a oportunidade de participação plena do setor agrícola foi prejudicada. O Sr. Ebér pediu desculpas pela omissão inicial e reiterou que o eixo da agricultura consta integralmente no projeto da LDO encaminhado à Câmara Municipal. Solicitou à Sra. Elivânia que indicasse dois pontos prioritários a serem destacados, registrando-os para consideração. A Sra. Elivânia indicou como prioridades: A criação de políticas públicas efetivas para assistência ao pequeno e médio produtor rural; A implantação de um ponto de coleta municipal para o descarte adequado de vasilhames de agrotóxicos, considerando os riscos ambientais e à saúde decorrentes do descarte irregular. O Sr. Edilson Feliciano apresentou a sugestão de que, para os próximos anos, o município seja dividido em quatro



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Casa Cônego Estanislau Kostka Laurentino da Silva

Av. Joaquim Falcão, nº 44 – centro – Pombos/PE CEP 55630-000 Fone/Fax 0xx81-3536.1254

CNPJ/MF nº 11.511.862/0001-03

www.pombos.pe.leg.br

eixos de discussão prévia antes do envio da LDO à Câmara Municipal. Defendeu que tais debates ocorram com antecedência mínima de vinte dias, permitindo o amadurecimento das propostas e a efetiva participação da comunidade na definição das prioridades locais. Pontuou que, com esse procedimento, a população teria clareza sobre os prazos e a execução das obras, evitando o uso de promessas não cumpridas como instrumento político-eleitoral. Mencionou exemplos de obras historicamente anunciadas e não concluídas em Pombos, como o hospital, o terminal rodoviário, a praça pública, o campo de futebol e a creche. Criticou, ainda, a pouca mobilização popular em torno de pautas de grande relevância, ressaltando que, se o tema em discussão fosse uma disputa política entre vereadores, haveria maior presença do público. Alertou, por fim, que é necessário ampliar a divulgação das matérias orçamentárias para garantir a participação efetiva da população. O palestrante Sr. Ebér informou que já havia incluído no documento a questão do fortalecimento do orçamento participativo como prioridade. Indagou ao Sr. Edilson se havia algum ponto específico em relação à agricultura que devesse ser registrado. O Sr. Edilson respondeu que a principal reclamação da população refere-se à questão da poeira nas estradas vicinais, destacando que, em períodos de chuvas intensas, muitas comunidades ficam interditadas, sem acesso adequado. A Vereadora Eliane Valdeci dos Santos Arruda solicitou que fosse estabelecida como prioridade a realização de estudo para a criação do Conselho Municipal de Agricultura, enfatizando que a ausência de convênios federais tem prejudicado o setor. Citou, como exemplo, a perda de um recurso de R\$ 200.000,00 destinado à agricultura no exercício anterior, em razão da inexistência de convênio específico. Ressaltou, ainda, a importância de que as emendas à LDO sejam construídas em conjunto entre a Prefeitura, a Câmara Municipal e seus respectivos setores jurídicos, de forma a evitar duplicidades ou proposições já contempladas no texto base. Defendeu a elaboração de um texto de referência, que possa orientar os vereadores e garantir maior técnica e efetividade às emendas apresentadas. A Sra. Célia Teotônio destacou que já existe, no município, o Conselho Rural, órgão que se encontra em funcionamento regular, com reuniões mensais realizadas na primeira terça-feira de cada mês. Ressaltou que tal Conselho vem cumprindo suas atribuições e, portanto, deve ser considerado na discussão sobre a criação de um eventual Conselho Municipal de Agricultura, evitando sobreposição de competências. Aproveitou a oportunidade para registrar sua preocupação com as condições das estradas rurais do município, relatando que a situação é crítica e causa sofrimento à população, sobretudo nos períodos chuvosos. Reiterou que o tema precisa ser tratado com urgência pelo poder público. O Sr. Jairo Rubens esclareceu que o Conselho Rural é um órgão de caráter deliberativo e de controle social, não possuindo competência para firmar convênios ou receber repasses de recursos. Informou que apenas conselhos vinculados às áreas da criança e do adolescente, do idoso, da saúde



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Casa Cônego Estanislau Kostka Laurentino da Silva

Av. Joaquim Falcão, nº 44 – centro – Pombos/PE CEP 55630-000 Fone/Fax 0xx81-3536.1254

CNPJ/MF nº 11.511.862/0001-03

www.pombos.pe.leg.br

e da educação têm acesso a recursos por meio de fundos específicos. Ressaltou, entretanto, que o Conselho Rural pode apoiar e participar de políticas públicas por meio de parcerias institucionais. O Sr. João de Ronda manifestou preocupação quanto à ausência, no documento em análise, da previsão de ações relacionadas à reestruturação de estradas rurais e ao enfrentamento da problemática da poeira. Solicitou que tais demandas sejam contempladas no eixo de infraestrutura, com previsão de orçamento específico que permita ao Secretário responsável executar as ações de forma planejada, e não apenas com recursos remanescentes. Defendeu, ainda, a criação de um orçamento próprio destinado ao fortalecimento da agricultura no município, medida que contribuiria para o desenvolvimento do setor. Por fim, sugeriu a criação de um Conselho Municipal de Meio Ambiente, destacando a importância da pauta ambiental e o potencial de captação de recursos junto ao Ministério do Meio Ambiente. Ressaltou a relevância da mata existente no município, área de referência estadual e nacional, localizada em assentamento de reforma agrária, a qual necessita de maior atenção e preservação. Enfatizou que a inexistência de um Conselho Municipal de Meio Ambiente tem dificultado o acesso a recursos destinados à área, limitando o desenvolvimento de políticas ambientais locais. O sr. Edilson Feliciano fez uso da palavra para destacar a importância da criação de uma patrulha rural voltada para o fortalecimento da segurança no município de Pombos. Ressaltou que tal iniciativa tem como objetivo oferecer maior proteção à população residente na zona rural, garantindo tranquilidade, prevenção à criminalidade e melhores condições de vida aos agricultores e suas famílias. O advogado da procuradoria ressaltou que a política pública de segurança é uma atribuição prioritária do Estado, mas constitui dever de todos os entes federativos. Destacou que cabe também ao Município compartilhar a responsabilidade na política de prevenção, incentivando a população vítima de assaltos e roubos a registrar as ocorrências, de modo que esses dados integrem as estatísticas oficiais e possam subsidiar a formulação de políticas públicas eficazes. Enfatizou, ainda, que quando se trata da implantação de projetos de monitoramento e de outras medidas preventivas de natureza criminal, a finalidade é afastar os jovens da criminalidade, prevenindo o uso de drogas e estimulando a prática esportiva. Segundo o parlamentar, tais ações contribuem para a redução dos índices de violência, refletindo positivamente tanto nos bairros periféricos quanto na zona rural do município. O vereador Alfredo Batista Barbosa iniciou sua fala referindo-se à intervenção do secretário de articulação política Fábio, reconhecendo que a segurança pública é, de fato, competência do Estado. Ressaltou, entretanto, que em muitos municípios, inclusive em Pombos, diversas ocorrências deixam de ser registradas, o que impede que o Estado tenha conhecimento da real situação. Observou que, na maioria das vezes, os registros só são realizados em casos de crimes graves, como homicídios, os quais não podem passar despercebidos. Essa ausência



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Casa Cônego Estanislau Kostka Laurentino da Silva

Av. Joaquim Falcão, nº 44 – centro – Pombos/PE CEP 55630-000 Fone/Fax 0xx81-3536.1254

CNPJ/MF nº 11.511.862/0001-03

www.pombos.pe.leg.br

de registros, segundo o parlamentar, dificulta o aumento efetivo do policiamento. Acrescentou que, quando ocorre um homicídio, verifica-se a intensificação imediata do policiamento na cidade, mas que essa atuação deveria ser permanente. Em relação à zona rural, considerou viável a criação de uma guarda ou patrulha rural no âmbito municipal. Todavia, destacou que ainda existem limitações, uma vez que a guarda municipal não atua armada, o que compromete a execução de um trabalho preventivo mais eficaz. Ressaltou, assim, que cabe ao Estado, bem como ao Município, encaminhar ofícios e documentações às autoridades competentes, no intuito de cobrar um efetivo policial mais adequado às necessidades locais. O Vereador afirmou acreditar que o número atual de policiais em Pombos não é compatível com sua população estimada em 30 mil habitantes, reforçando tratar-se de um problema antigo do Estado, que historicamente não consegue suprir essa demanda. Informou, ainda, que houve a incorporação de 2.300 novos policiais recentemente, e que, em visita à cidade do Recife, pôde constatar um grande número de efetivos em atuação. Todavia, demonstrou descrença quanto à permanência desse contingente, afirmando que, em pouco tempo, a visibilidade desses profissionais tende a diminuir. Por fim, dirigiu-se ao cidadão Edilson, que havia feito uma reclamação durante a sessão. O Vereador esclareceu que a realização de audiência pública não compete à Câmara Municipal, mas sim ao Poder Executivo, por meio da gestão municipal e da secretaria competente. Informou, ainda, que a votação referente ao tema deixou de ocorrer anteriormente em razão de questionamentos de alguns vereadores poucos minutos antes do prazo final, o que ocasionou atraso. Acrescentou que, diante dessa situação, a matéria será apreciada em sessão extraordinária, a ser realizada na próxima quinta-feira, ressaltando que todo esse trâmite poderia ter sido evitado caso houvesse maior divulgação, possibilitando a participação do cidadão Edilson e de outros representantes comunitários. O secretário de infraestrutura Adalberto Chalegre fez um adendo em sua fala para tratar da questão da iluminação pública, abrangendo tanto a zona urbana quanto a zona rural. Informou que, no presente mês, foram realizados serviços específicos nas localidades de Miringabas, Trairas, Pé-de-Serra e Lagoa Dantas. Explicou que, ao receber na secretaria solicitações referentes à iluminação, a primeira indagação é se o ponto já possui instalação ou se há necessidade de expansão. Nos casos em que é necessário expandir a rede, a secretaria busca os meios para viabilizar a execução do serviço. Acrescentou que está sendo realizado um mapeamento dos pontos de iluminação em todo o município, abrangendo áreas urbanas e rurais. Ressaltou que o atendimento é feito de forma aberta a todos os munícipes, independentemente de cargo ou mandato, bastando que o cidadão se dirija à secretaria e informe a localidade onde há necessidade de iluminação ou outro serviço público de competência da pasta. Reiterou o compromisso de buscar solucionar as demandas apresentadas e colocou a secretaria à disposição de todos os representantes comunitários e



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Casa Cônego Estanislau Kostka Laurentino da Silva

Av. Joaquim Falcão, nº 44 – centro – Pombos/PE CEP 55630-000 Fone/Fax 0xx81-3536.1254
CNPJ/MF nº 11.511.862/0001-03
www.pombos.pe.leg.br

demais cidadãos. A sra vereadora Eliane Valdeci destacou a importância de fortalecer a atuação da guarda municipal, mencionando a previsão de utilização de duas a quatro motocicletas para a realização de rondas. Explicou que, enquanto uma equipe atuaria na região da usina, composta por dois guardas concursados e devidamente equipados, outras equipes estariam distribuídas para atender as regiões sul e norte do município, possibilitando maior cobertura da zona rural. Acrescentou que essa medida já se encontra contemplada em projeto em andamento, sendo prioridade a aquisição de motocicletas para ampliar a mobilidade e a efetividade das rondas. Ressaltou, ainda, a necessidade de que a população colabore registrando boletins de ocorrência, a fim de que tais dados sejam contabilizados e possibilitem a destinação de recursos adicionais voltados ao fortalecimento da segurança pública local. A Vereadora Carmeluce Verçosa de Melo destacou a importância de se repensar a atual estrutura da Secretaria da Mulher, hoje vinculada à Secretaria de Assistência Social. Ressaltou que, em muitos casos, as mulheres vítimas de violência ou abusos sentem receio de formalizar denúncias em razão da falta de um espaço reservado, considerando que a convivência de vários setores e servidores em um mesmo prédio pode comprometer o sigilo e a segurança necessárias. Assim, sugeriu a possibilidade de instalação da Secretaria da Mulher em prédio próprio, de forma a garantir um ambiente adequado, sigiloso e acolhedor para o atendimento. Em resposta, o Secretário Fábio Henrique informou que a questão já está contemplada em item previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O Sr Jairo Rubens destacou a necessidade de revisão no item referente à reestruturação dos Conselhos. Ressaltou que atualmente existe apenas um Conselho Tutelar em funcionamento no município, e que, além dele, é fundamental contemplar na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) a estruturação dos Conselhos vinculados à Secretaria de Ação Social, dentre eles: o Conselho da Criança e do Adolescente (COMDICA), o Conselho do Idoso, o Conselho da Mulher e o Conselho da Pessoa com Deficiência. Pontuou que o COMDICA e o Conselho do Idoso são de grande relevância, pois, além de desempenharem papel essencial na garantia de direitos, são também captadores de recursos para o município. Informou que o COMDICA já viabilizou a captação de quase um milhão de reais, e que o Conselho do Idoso encontra-se atualmente executando projetos aprovados. Reforçou que ambos necessitam de estruturação adequada e dotação orçamentária específica, sob pena de inviabilizar projetos futuros. Destacou ainda que outras políticas públicas também precisam ser contempladas, a exemplo do Conselho da Mulher e do Conselho da Pessoa com Deficiência, recentemente criados e já em funcionamento, inclusive após a realização de conferências municipais. Por fim, reforçou que a exclusão desse item da LDO causaria prejuízos significativos às entidades e ao trabalho desenvolvido pelos conselhos no município, motivo pelo qual solicitou atenção especial ao tema. fez referência ao item relativo à distribuição de fraldas,



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Casa Cônego Estanislau Kostka Laurentino da Silva

Av. Joaquim Falcão, nº 44 – centro – Pombos/PE CEP 55630-000 Fone/Fax 0xx81-3536.1254

CNPJ/MF nº 11.511.862/0001-03

www.pombos.pe.leg.br

destacando a necessidade de esclarecimento quanto à previsão orçamentária. Questionou se tal item permaneceria vinculado à Assistência Social ou se seria transferido para a Secretaria de Saúde, considerando que já existe programa semelhante naquela pasta, a fim de evitar sobreposição ou duplicidade de ações. Na oportunidade, a Sra vereadora Eliane Valdeci dos Santos arruda solicitou também à equipe da Assistência Social a criação de um corpo técnico próprio, composto por advogados e assistentes sociais, com o objetivo de acompanhar mães e responsáveis em processos administrativos junto ao INSS e demais instâncias, evitando que recorram a atravessadores. Ressaltou que muitas famílias têm recorrido a tais intermediários, contraindo dívidas expressivas para garantir direitos já previstos em lei, especialmente em situações envolvendo crianças com diagnóstico de autismo, que carecem de acompanhamento e suporte especializado. A Sra vereadora reforçou que a implementação dessa equipe técnica seria fundamental para assegurar o acesso direto e legal aos benefícios, protegendo mães e crianças de práticas irregulares. Em seguida, o sr Jairo Rubens registrou ainda a importância de garantir dotação específica para a manutenção dos Fundos da Criança e do Adolescente e do Idoso, ressaltando que, sem tal previsão, recursos captados por esses conselhos não poderão ser devidamente executados. A Sra Cristina, professora aposentada, destacou a situação atual da Biblioteca Pública Municipal, ressaltando que, embora comumente associada à Secretaria de Educação, sua responsabilidade está vinculada à Secretaria de Cultura e Esportes. Enfatizou a importância do espaço como instrumento de incentivo à leitura, mesmo diante dos avanços tecnológicos e do uso intenso de dispositivos digitais pelos alunos. Pontuou que a Biblioteca encontra-se em estado precário, carecendo de iluminação adequada, equipamentos como computadores e profissionais capacitados para o atendimento ao público. Ressaltou a necessidade de desenvolver um projeto conjunto entre as Secretarias de Cultura e de Educação, visando à reativação e valorização da Biblioteca Pública, transformando-a em um ambiente atrativo e funcional. Por fim, observou que não há, até o momento, diretrizes específicas previstas para a Biblioteca Pública na atual proposta, sendo imprescindível incluí-las para garantir a revitalização do espaço e o fortalecimento das políticas de incentivo à leitura. O sr Jairo Rubens solicitou esclarecimentos acerca do item referente à “garantia da tridimensionalidade da cultura”, destacando a complexidade do termo e pedindo melhor compreensão sobre o mesmo. Na oportunidade, fez um apelo em favor da Banda Musical Padre Galdino, a qual, segundo suas palavras, representa um patrimônio imaterial do povo de Pombos, com mais de 60 anos de existência e relevante papel formativo na vida de jovens músicos e cidadãos. Ressaltou a importância de se prever apoio institucional, ainda que simbólico, como forma de reconhecimento e valorização dessa entidade cultural, destacando, inclusive, a atuação de colaboradores como o Dr. Jaelson, que há muitos anos defende a causa da banda. O sr enfatizou que não se deve



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Casa Cônego Estanislau Kostka Laurentino da Silva

Av. Joaquim Falcão, nº 44 – centro – Pombos/PE CEP 55630-000 Fone/Fax 0xx81-3536.1254

CNPJ/MF nº 11.511.862/0001-03

www.pombos.pe.leg.br

olhar para o passado de gestões anteriores, mas sim projetar o futuro, garantindo o fortalecimento da Banda Padre Galdino como parte integrante da cultura local. Em continuidade, reforçou a discussão acerca da Biblioteca Pública Municipal, acrescentando à fala anterior da Sra Cristina a necessidade de que o espaço seja informatizado, atualizado e fixado em prédio próprio, evitando constantes mudanças de endereço que dificultam a referência e prejudicam a conservação do acervo. Considerou esta medida como urgente dentro da política cultural do município. manifestou-se acerca da Banda Musical Padre Galdino, reconhecendo a relevância da instituição e, ao mesmo tempo, ressaltando a importância de que ela permaneça como entidade do terceiro setor, e não como órgão público. Argumentou que, diante das limitações financeiras do município, a manutenção da banda como entidade independente possibilita maior captação de recursos externos. Destacou ainda que, com a criação recente do Fundo Municipal de Turismo, abre-se a possibilidade de firmar parcerias e convênios entre o poder público e o terceiro setor, permitindo que a banda receba apoio institucional por meio do referido fundo, sem necessidade de sua vinculação direta ao orçamento municipal. Ressaltou que tal medida garante maior autonomia à entidade e maior viabilidade de apoio financeiro. Na sequência, o advogado Gabriel Marques esclareceu a dúvida levantada anteriormente sobre o item referente à tridimensionalidade da cultura, informando que tal conceito refere-se à competência comum dos três entes federativos (União, Estado e Município) na promoção e fortalecimento da cultura. Reforçou que, no âmbito local, cabe ao município fomentar as expressões culturais regionais, o que vem sendo implementado por meio de iniciativas como o apoio a manifestações culturais tradicionais. O secretário Adalberto Chalegre solicitou retificação em relação ao percentual anteriormente mencionado sobre o PSF, esclarecendo que não se trata de 8% de execução do Programa de Saúde da Família, visto que o referido programa ainda não foi iniciado. Informou que o percentual apresentado corresponde, na realidade, ao valor a ser executado, ressaltando que alguns itens encontram-se em processo licitatório, aguardando conclusão para que possam ser iniciados. O Sr Ed do controle interno da prefeitura comentou sobre as obras de passagens molhadas, informando que esteve em discussão com o Secretário de Obras, Sr. Adalberto, sobre a necessidade de levantamento em todas as áreas que demandam esse tipo de intervenção. Ressaltou que o levantamento já está em andamento e que, em breve, serão iniciados os processos de licitação para execução das obras nas localidades com situação mais crítica, assegurando que o planejamento e a execução das intervenções ocorrerão em curto prazo. O Sr João de ronda destacou a necessidade de atenção aos barreiros e pequenas áreas de produção, reforçando a importância do apoio do Secretário de Agricultura para a implementação e acompanhamento dessas ações. Ressaltou que, embora a agricultura não esteja diretamente vinculada às estradas, é fundamental que o



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Casa Cônego Estanislau Kostka Laurentino da Silva

Av. Joaquim Falcão, nº 44 – centro – Pombos/PE CEP 55630-000 Fone/Fax 0xx81-3536.1254

CNPJ/MF nº 11.511.862/0001-03

www.pombos.pe.leg.br

município considere o cuidado e a manutenção dessas vias como parte do apoio à agricultura familiar. Por fim, agradeceu o espaço concedido para manifestação, reforçando a relevância do tema para o desenvolvimento rural e o fortalecimento da produção local. A Sra Cristina parabenizou a gestão municipal, destacando especialmente a atuação da administração do Prefeito Elias e da gestão do Adalberto, pela reestruturação da Praça João Pessoa, ressaltando que o espaço se transformou em um importante local de lazer para crianças e comunidade em geral. Enfatizou que, apesar da existência da Academia da Cidade, o espaço permanece subutilizado desde sua construção, e sugeriu que seja priorizada sua revitalização, aproveitando a área para atividades de lazer, esportivas e culturais, especialmente para crianças que não têm acesso a outros equipamentos de recreação. O vereador Aglailson destacou que o sucesso da Praça João Pessoa, tanto em termos de público quanto de crítica, evidencia a importância de replicar projetos semelhantes em outros bairros do município, garantindo espaços adequados e atrativos para o lazer da população. A Sra Andréia destacou a importância das praças públicas, ressaltando que projetos como o da Praça João Pessoa têm contribuído significativamente para o lazer e o bem-estar das crianças, tirando-as do contato excessivo com televisão e dispositivos móveis. Reforçou que tais iniciativas deveriam ser replicadas em outros bairros, considerando também a presença de adultos que eventualmente utilizam os espaços, o que pode gerar conflitos. Em suas considerações finais, o sr Jairo Rubens enfatizou a importância da participação democrática, destacando que o debate deve ser conduzido de forma construtiva e colaborativa, sem partidatismo, visando a melhorias efetivas para o município. A Presidente da Associação de Porteiras I, Sra. Cremilda, apresentou demandas referentes ao assentamento Porteiras I, que conta atualmente com cerca de 70 a 80 famílias. Destacou a necessidade urgente de passagens molhadas, especialmente no período de chuvas, e de limpeza e manutenção de barreiros, muitos dos quais não recebem atenção há anos, comprometendo o trânsito de veículos e a segurança das famílias. Agradeceu a oportunidade de apresentar as demandas da comunidade e elogiou o convite da Câmara para conhecer as necessidades dos agricultores. Em relação à participação do público e sugestões apresentadas durante a sessão, o palestrante esclareceu que emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias dependem de análise jurídica da Câmara. Informou que, após a reunião, a equipe da Câmara se reunirá com a equipe da comunidade para converter as prioridades apresentadas em textos oficiais, que serão anexados como emenda, garantindo que as solicitações sejam formalmente registradas sem alterar a classificação orçamentária. Ressaltou que o procedimento é simples e rápido, e que o suporte jurídico da Câmara está disponível para viabilizar a inclusão das indicações. O dr. Jaelson parabenizou a todos os presentes pela participação na sessão, destacando especialmente os vereadores, os cidadãos que compareceram, os secretários e os servidores da



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Casa Cônego Estanislau Kostka Laurentino da Silva

Av. Joaquim Falcão, nº 44 – centro – Pombos/PE CEP 55630-000 Fone/Fax 0xx81-3536.1254

CNPJ/MF nº 11.511.862/0001-03

www.pombos.pe.leg.br

Câmara, reconhecendo o empenho de todos, inclusive aqueles que se mantiveram no local sem pausa para refeição. Ressaltou a importância do orçamento, lembrando que se trata de uma peça obrigatória e auditável, conforme acompanhamento do Tribunal de Contas, e destacou que a iniciativa de trazer contribuições externas ao projeto contou com a participação ativa da vereadora do Estado de São Paulo e da equipe de assessoria responsável pelo planejamento do orçamento, não se tratando de atribuição exclusiva da Procuradoria. Dr. Jaelson ainda salientou que várias demandas apresentadas pelos vereadores e cidadãos já estavam contempladas no planejamento do orçamento, mencionando, como exemplo, o tema da guarda municipal e da disponibilização de motos, demonstrando que as propostas foram devidamente consideradas. Finalizou agradecendo a todos e desejando bênçãos para os presentes. Encerrando a audiência, alguns membros da mesa (tanto os representantes da gestão quanto os parlamentares) manifestaram agradecimentos pela oportunidade de participação. O Sr. Presidente da audiência declarou-a encerrada, reforçando o compromisso com a transparência da gestão.

Atenciosamente,

José Aguilanison Lino
Câmara Municipal de Pombos – PE